

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.104 - SP (2019/0093887-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ERICA ROCHA DE MELO
ADVOGADOS : RENAN BORTOLETTO - SP314534
JOSE ALEXANDRE RIBEIRO BARCELLOS - SP384179
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Erica Rocha de Melo apontando como autoridade coatora a Décima Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Aduz a Impetrante acerca da ilegalidade da decisão judicial que indeferiu seu contrato físico com seu marido, que se encontra preso, ante seu direito à preservação do vínculo familiar e matrimonial, sufragado no art. 226, da Constituição Federal. Defende que o preso detém direito ao recebimento visitas, máxime que o contato físico no parlatório penitenciário não afronta o disposto no art. 99, § 2º, da Resolução SAP n. 144/10.

Pretende, ao final, a concessão da segurança, "*[...] para que seja permitido o contato físico em visitação em parlatório ao marido Edval Ferreira de Lima, matrícula n. 245.557, que se encontra inserido na Penitenciária II de Presidente Venceslau*" (fls. 9).

É o relatório.

Decido.

Consoante o disposto no art. 105, inciso I, alínea *b*, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, **originariamente, os mandados de segurança contra atos de Ministros de Estado, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal, in verbis:**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal"

No mesmo sentido, prescreve a Súmula n.º 41 desta Corte:

"O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

No caso, como o **writ** é dirigido contra Acórdão de Tribunal de Justiça de São Paulo que indeferiu o pedido de visitação à preso. Assim, não detém este col. STJ competência para sua apreciação. Diante disto, é de se reconhecer, de plano, a incompetência deste Tribunal para processar e julgar o **mandamus**.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE o presente mandado de segurança, com base no artigo 10, da Lei n. 12.016/2009, e no artigo 212, do RISTJ,

P. I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator